

EPA - Estudos Portugueses e Africanos

Número 3, 1984

Páginas 173 - 178

Descobrimento e Renascimento, formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI, de Luís Felipe Barreto.
Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983.

O Renascimento das viagens

Alcir Pécora

"Sob os auspícios do comissariado para a XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura", a Imprensa Nacional/Casa da Moeda tem lançado vários títulos a propósito da questão geral d'"Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento". Alguns deles são relativos a reproduções fac-similes de textos importantes produzidos no próprio período em questão (cujo melhor exemplo é, sem dúvida, Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto), outros, referem-se a relançamentos de estudos que, mais ou menos, orientaram as posições da historiografia oficial portuguesa sobre o assunto (é o caso, igualmente exemplar, de L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilisation, de Jaime Cortesão), e há, ainda, títulos iné

Alcir Pécora é professor do Departamento de Teoria Literária do IEL - UNICAMP.

ditos, relativos a estudos recentes da questão geral proposta — Descobrimientos e Renascimento, Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI, de Luís Felipe Barreto, está entre estes.

Digamos, para começar, que a investigação de Luís Felipe Barreto mostra-se particularmente sensível às mitologias que presidem à formação e utilização de conceitos historiográficos correntes. Isso faz com que, situando-se na linha dos trabalhos de Lucien Febvre, recuse-se a empregá-los sem, antes, rastrear os diferentes momentos e motivações em que se formulam, de modo a ter presente, como objeto de História, não objetos únicos, milagrosa e inocentemente preservados por documentos recônditos, mas um verdadeiro campo de problemas, para o qual, obviamente, não há acesso fora da inquietação filosófica. Quer dizer, esse tipo de preocupação com a própria questão da verdade histórica conduz, de uma só vez, a uma filosofia da história e a uma história dos conceitos.

Assim, é com muita cautela que Luís Felipe Barreto recebe a herança de um conceito como o de Renascimento e de suas relações com os Descobrimientos Portugueses; e essa cautela se manifesta inicialmente por uma dupla rejeição: a da oposição Renascimento (Luz) - Medievalidade (Trevas) e a da identificação Renascimento - Modernidade. Admitindo, por outro lado, que "os Descobrimientos foram o fenômeno sócio-cultural mais significativo gerado no e pelo Renascimento Português (p. 48)" ,

que "os Descobrimentos são a alma do Portugal Renascentista (p. 53)", Luís Felipe Barreto vai privilegiar as crônicas e relatos de viagens como lugar de sua discussão a propósito do sentido, ou sentidos, se se pensa em oscilações e tendências, desse obscuro Renascimento português. É a partir da análise de tais textos¹, que julga possível discernir duas fases distintas no período que vai de meados do século XV aos inícios do século XVII, tendo por fronteira os anos de 1530/1540, época dos "primeiros discursos de João de Barros, Pedro Nunes, D. João de Castro, Álvaro Gomes e tantos outros... (p. 49)". Dos critérios que utiliza para caracterização das fases, três deles são mais sistematizados: o da justificativa ideológica da expansão, o da postura diante das culturas recém-conhecidas e o das referências privilegiadas do saber que nelas se constrói. Para o autor, a primeira fase desse Renascimento entrevisto pelas viagens, largamente tributária da Ida de Médiã, teria sua fundamentação ideológica toda ela fornecida pela Cristandade, mais particularmente, pelo espírito das Cruzadas, enquanto que a segunda fase tenderia a ressaltar a capacidade de empreendimento dos portugueses, a qualidade técnica e humana que é menos o dom de um herói eleito que a competência de todo um povo. A primeira fase, ainda, desconheceria inteiramente o ser do outro cultural e tenderia a reforçar uma visão hierárquica das civilizações; a segunda fase, esboçaria tentativas de diálogos, em que, eventualmente, seria capaz de reconhecer no outro uma configuração cultural autônoma e irredutível.

Finalmente, a primeira fase orientaria o seu processo de conhecimento sobretudo pelos parâmetros do saber herdado de natureza especulativa e a-histórica, enquanto que a segunda fase já seria muito mais disponível em relação à ordem das coisas e à observação dos fenômenos, embora ainda distante do esforço propriamente quantitativo e formalizador da modernidade. Consideradas conjuntamente, essas duas fases forneceriam as balizas pelas quais o Renascimento português deveria ser entendido sobretudo como "uma idade de transição... um estilo civilizacional, um campo sócio-cultural onde se exprime a porta da modernidade e a saída da medievalidade (p. 42)".

A acompanhar, porém, a exposição de Luís Felipe Barreto, com o rigor crítico que ele próprio estimula, é difícil não apontar certos pontos problemáticos em seu desenvolvimento. O mais evidente deles diz respeito à pouca operacionalidade que obtém do vasto instrumental crítico a que faz alusão, e, em especial, daquele oriundo da Semiótica francesa e também da Análise do Discurso. Exemplo flagrante dessa espécie de prolixidade conceitual que, algumas vezes, ameaça emperrar o curso mais dinâmico do trabalho é a identificação simples que faz da noção complexa de sujeito com a de autor, ou, na mesma linha, da noção de unidade discursiva com a noção corrente de obra ou texto.

Um segundo ponto que valeria a pena revisar no trabalho refere-se a um certo convencionalismo na colocação dos aspectos propriamente medievais pertinen

tes à discussão do Renascimento, atitude até esperada nos estudos rotineiros do período, mas decerto decepcionante, senão paradoxal, em uma investigação feita a partir de propósito desmitologizador ressaltado anteriormente. Afóra a não-problematização das relações Medievalidade-Cristandade e das suas formas de conhecimento, é índice revelador desse convencionalismo a superação valorativa dos elementos da primeira fase por aqueles considerados da segunda fase, e, portanto, menos vulneráveis à influência da Idade Média. O mito subjacente óbvio, se não é o da Luz contra Trevas, é o da História-Progresso,

Finalmente, não seria possível encerrar este breve anúncio do livro de Luís Felipe Barreto sem retomar explicitamente uma questão, com ele próprio não desconhece, mas que, decerto por uma estratégia de limites do trabalho, não chega a demorar-se nela. E a questão é saber como ficaria essa especulação dos sentidos que enformam o "estilo civilizacional", o "clima epocal" dos séculos XV, XVI e parte do XVII, se se considerasse igualmente, dentro dos próprios critérios analíticos do trabalho, aqueles dois outros textos a propósito das viagens que realizam, extraordinariamente, expressões literárias únicas, não apenas do período, não apenas da cultura portuguesa, que são Os Lusíadas e a Peregrinação. Se o interesse está em discutir a significação mais radical dessa época cultural, não há nenhuma maneira de não ser incomodado por essa questão. Claro que, aí, sempre se corre o risco de já não se ter um conceito satisfatório, logicamente or

ganizado, de Renascimento ou outro, para se ancorar ao cabo da viagem.

NOTA:

1. São analisados ou referidos os seguintes textos: Crônica de Guiné, de Zurara, Décadas da Ásia, de João de Barros, Crônica do Príncipe D. João, de Damião de Gões, o Relato de Álvaro Velho, o Livro das Cousas da Índia, de Duarte Barbosa, Suma Oriental, de Tomé Pires, a Carta de Caminha, o Esmeraldo de Situ Orbis, de Duarte Pacheco Pereira, e Os Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas da Índia, de Garcia de Orta.